

---

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E  
REDAÇÃO FINAL**

**Relator Jerônimo Terra Rolim**

PROJETO DE LEI ORDINÁRIO Nº 30/2023.

Autoria: Poder Executivo

I - Relatório.

O Vereador Jerônimo Terra Rolim, que subscreve abaixo, procede neste momento ao relatório e, posteriormente ao seu voto, junto ao presente Projeto de Lei Ordinário nº 30/2023, de autoria do Executivo Municipal, que ***“Ratifica o Acordo constituído pelo Hospital de Caridade de Canela, com a Receita Federal do Brasil e com interveniência do Município de Canela, e dá outras providências.”***

A justificativa do projeto de lei é a seguinte:

O presente Projeto de Lei visa ratificar o Termo de Transação Individual que estabelece o Plano de Pagamento Parcelado do Débito Fiscal do Hospital de Caridade de Canela, firmado entre a União, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS e Hospital de Caridade de Canela, na figura do Município de Canela/RS, em virtude da intervenção hospitalar decretada.

Em abril de 2023 deu-se a assinatura do Termo de Transação Individual do Hospital de Caridade de Canela, referente ao acordo firmado entre o Hospital, representado pelo Prefeito Municipal Sr. Constantino Orsolin, pelo interventor Sr. Leandro Gralha da Silva, pelo administrador hospitalar Sr. Marcel Angelo Bertini Cardoso e a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, acerca da negociação da dívida previdenciária, não previdenciária e valores do FGTS em atraso.

O acordo somente foi possível em razão da intervenção municipal em que atualmente encontra-se o Hospital de Caridade de Canela, com base no Decreto Municipal nº 8.335/2019, que declara estado de calamidade pública no setor hospitalar do Sistema Único de Saúde do Município de Canela.

Quanto aos fatos que levaram à assinatura do acordo, o processo iniciou-se em setembro de 2019, apuração pormenorizada de toda a dívida fiscal do Hospital de Caridade de Canela junto à Receita Federal do Brasil/Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, em nível administrativo e judicial, a fim de analisar prescrições, aplicação de orientações/decisões e possível enquadramento da dívida em procedimento de transação tributária perante a Procuradoria da Fazenda Nacional.

O presente Projeto de Lei visa ratificar o Termo de Transação Individual que estabelece o Plano de Pagamento Parcelado do Débito Fiscal do Hospital de Caridade de Canela, na figura do Município de Canela/RS, em virtude da intervenção hospitalar, conforme Decreto Municipal Nº 8.335, de 23/04/2019 - Declara Estado de Calamidade Pública no Setor Hospitalar do Sistema Único de Saúde de Município de Canela/RS.

Analisando os pontos principais do presente, restaram dúvidas sobre a necessidade da aprovação do projeto, sendo que o município já assinou o contrato como interveniente, ficando assim como fiador da transação especificada na justificativa e corpo da lei.

Após a leitura do parecer jurídico opinativo que foi acostado ao presente, trazendo informações referente à viabilidade legal e constitucional do projeto.

Segue abaixo, transcrito o parecer jurídico;

Inicialmente, cumpre analisar o texto projetado no seu aspecto formal, concernente à competência para sua iniciativa, a qual desde já se constata correta por força do disposto no art. 63, IV da LOM.

Superada a análise formal da proposição, cumpre analisar a mesma no seu aspecto material, a saber.

O projeto de lei em questão tem como objetivo ratificar um acordo estabelecido entre o Hospital de Caridade de Canela, a Receita Federal do Brasil e o Município de Canela. Através dessa ratificação, busca-se regularizar a situação fiscal do hospital, possibilitando a quitação de débitos fiscais, previdenciários, não previdenciários e de FGTS junto à União.

A justificativa para a ratificação desse acordo reside na importância

do Hospital de Caridade de Canela para a comunidade local e para a região. Trata-se de uma instituição de saúde que desempenha um papel fundamental no atendimento médico e na prestação de serviços de saúde à população. Ao longo dos anos, o hospital tem enfrentado dificuldades financeiras, o que resultou no acúmulo de dívidas fiscais e previdenciárias.

A celebração desse acordo com a Receita Federal do Brasil e a intervenção do Município de Canela demonstra o esforço conjunto das partes envolvidas em buscar uma solução para a situação financeira delicada do Hospital de Caridade. O acordo estabelece um parcelamento da dívida no valor de R\$ 5.902.225,13, a ser quitado em até 145 parcelas mensais e consecutivas.

Caso o Hospital de Caridade de Canela não possua recursos financeiros suficientes para honrar com as prestações do acordo, o Projeto de Lei, se aprovado, autoriza o Poder Executivo a adimplir com tais obrigações. Essa medida visa garantir que o hospital consiga cumprir com suas responsabilidades financeiras e continuar prestando serviços essenciais à comunidade.

Além disso, é importante ressaltar que a regularização da situação fiscal do Hospital de Caridade de Canela traz benefícios tanto para a instituição como para a sociedade como um todo. A quitação dos débitos fiscais e previdenciários permitirá que o hospital redirecione seus recursos para investimentos em infraestrutura, aquisição de equipamentos e aprimoramento dos serviços de saúde oferecidos aos pacientes.

Portanto, a ratificação desse acordo por meio do Projeto de Lei nº 30/2023 é necessária e justificada, uma vez que busca garantir a continuidade das atividades do Hospital de Caridade de Canela, promover a regularização de suas obrigações fiscais e previdenciárias e contribuir para a melhoria do sistema de saúde da região.

Desta forma, tem-se que o projeto de lei em questão não apresenta inconformidades, estando apto a seguir os trâmites do respectivo processo legislativo.

Diante de todo o exposto, conclui-se pela viabilidade do projeto de lei nº: 30/2023, em razão de sua adequação formal e material, nos termos acima referidos.

Este é o presente relatório.

Passo a seguir a enfrentar o mérito.

II - Do Voto.

Após estudo da presente matéria, atento aos documentos juntados que integram o expediente, bem como ao parecer jurídico opinativo que acostado está.

O presente Projeto de Lei visa ratificar o Termo de Transação Individual que estabelece o Plano de Pagamento Parcelado do Débito Fiscal do Hospital de Caridade de Canela, firmado entre a União, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS e Hospital de Caridade de Canela, na figura do Município de Canela/RS, em virtude da intervenção hospitalar decretada.

Em abril de 2023 deu-se a assinatura do Termo de Transação Individual do Hospital de Caridade de Canela, referente ao acordo firmado entre o Hospital, representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Constantino Orsolin, pelo interventor Sr. Leandro Gralha da Silva, pelo administrador hospitalar Sr. Marcel Angelo Bertini Cardoso e a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, acerca da negociação da dívida previdenciária, não previdenciária e valores do FGTS em atraso.

No presente acordo, serve como garantia da dívida contemplada na transação, o imóvel matriculado sob nº 750 no Registro de Imóveis da Comarca de Canela.

No que se refere ao adimplemento das parcelas, o município já iniciou em abril deste ano, sendo assim, já foram pagas aproximadamente três parcelas, sem a necessidade de isso ter se dado com autorização desta Casa Legislativa.

Tal fato, por si, já demonstra a desnecessidade desta lei dentro do compêndio jurídico deste município, não passando de uma lei inócua.

### III - Do Dispositivo.

Ante o exposto, no mérito da matéria do campo temático de atuação desta comissão, o vereador Jerônimo Terra Rolim, relator deste, se manifesta pelo arquivamento da presente proposição, tendo em vista que a mesma não apresenta

objeto. No corpo do presente projeto de lei, está especificado que o município fica autorizado a pagar, mas, isso já vem sendo feito sem a aprovação deste.

Sala das Comissões, 07 de julho de 2023.

Ver. Jerônimo Terra Rolim  
Presidente CCJ-R  
Relator

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E  
REDAÇÃO FINAL**

**PROJETO DE LEI ORDINÁRIO: N° 30/2023**

**Ementa:** Ratifica o Acordo constituído pelo Hospital de Caridade de Canela, com a Receita Federal do Brasil e com interveniência do Município de Canela, e dá outras providências.

**Autoria:** Poder Executivo

**Voto**

Em análise do presente projeto de lei, bem como a relatoria apresentada pelo vereador Jerônimo Terra Rolim, a vereadora signatária, no uso de suas atribuições legais, profere seu voto favorável ao arquivamento do mesmo.

Sala das Comissões, 13 de julho de 2023.

**Ver. Carmen Lucia Seibt de Moraes**  
Membro - CCJ-R